



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5817 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 22 - Educação Especial

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC)

Viviane Paula Salini Mirandola - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense_Campus Camboriú

Idorlene da Silva Hoepers - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

Agência e/ou Instituição Financiadora: UNIEDU

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC)

A conquista de direitos a condições de acessibilidade e inclusão é resultante da evolução social e da luta, não apenas das pessoas com deficiência, mas de todos que acreditam e defendem o direito de igualdade e de equidade de condições aos indivíduos em todos os espaços e ações sociais. Considerando a garantia de tais direitos, a biblioteca é um espaço social que oferece ambientes de convivência, lazer, integração, socialização, produção e disseminação de culturas; é, acima de tudo, lugar de autonomia para a construção do conhecimento e pesquisa, além de espaço fundamental para a consolidação de processos educativos emancipatórios (MARTINS, 2002). Neste sentido, oferecer condições de acessibilidade e proporcionar a inclusão de todos é atribuição fundamental das bibliotecas.

Paulo Freire (1996, p. 66) destaca que “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros.” Assim, discutirmos a respeito da estruturação e da atuação das bibliotecas, sob o enfoque da análise das condições de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, significa estarmos atentos às possibilidades oferecidas para que a educação proporcione condições de uma formação crítica e autônoma.

Deste modo, a pesquisa de Mestrado em Educação do IFC intitulada *Análise das Condições de Acessibilidade e de Inclusão da Pessoa com Deficiência nas Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense (IFC)*, atualmente em fase inicial de desenvolvimento, é orientada pela pergunta: como as bibliotecas do IFC contemplam as questões referentes à acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência?, objetivando analisar as condições de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas do Instituto Federal Catarinense (IFC).

Os participantes da pesquisa são servidores efetivos que atuam diariamente nas 17 bibliotecas do IFC, caracterizados por três grupos: bibliotecários, auxiliares de biblioteca e técnicos administrativos com distintas funções. Com base no Relatório de Gestão (IFC, 2018), do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), estimamos que participarão da pesquisa aproximadamente 55 servidores.

Esta pesquisa ancora-se na abordagem qualitativa incluindo elementos descritivos, interpretativos, bibliográficos e documentais; foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos do IFC. A coleta de dados será realizada no segundo semestre de 2020, por meio de questionários semiestruturados online, dirigido a todos os servidores das bibliotecas e por entrevistas com os bibliotecários utilizando a ferramenta Skype. Após tabulação dos dados obtidos, a análise será realizada por meio da técnica de análise de conteúdo em consonância com Franco (2008) e Bardin (2011).

O IFC é composto por 15 *campi* e foi criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). Sua constituição ocorreu “[...] a partir da integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos Colégios Agrícolas de Araquari e Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina” (IFC, 2019).

Esta informação é crucial, pois, verificamos que as cinco bibliotecas localizadas nos *campi* que originaram o IFC são as mais antigas da rede de bibliotecas, sendo que as demais foram constituídas a partir do ano de 2009. As bibliotecas do IFC oferecem atendimento aos alunos dos cursos técnicos integrados e subsequentes ao Ensino Médio, Ensino Superior, especializações *Stricto e Lato Sensu*, cursos de Formação Inicial e Continuada, aos servidores, funcionários terceirizados e à comunidade externa, atendendo, desta forma, diferentes públicos.

Mediante consulta realizada na Plataforma Nilo Peçanha, verificamos que, no ano de 2018, o total de alunos matriculados no IFC foi de 18.006, distribuídos em 239 cursos. Já o Relatório 2017 do Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência do IFC (NAPNE) (IFC, 2018) descreve que no ano de 2017 o número de Pessoa com Necessidades Específicas (PNE) foi de 208 indivíduos. Paralelamente, desde 2017, os processos seletivos do IFC passaram a oferecer reserva de vagas à pessoa com deficiência. Concomitante à ampliação de vagas ocorreu a necessidade de analisar a estruturação dos espaços para atender a este público, garantindo sua inclusão nas ações das bibliotecas.

Por se tratar de pesquisa inicial, até o momento, se deu ênfase no desenvolvimento de estudos bibliográficos. Entre os temas aprofundados, está a criação da instituição biblioteca na sociedade. Destacamos a importância desta investigação, pois a compreensão da história nos proporciona subsídios para analisar a realidade com mais clareza. Entre as ações, está a elaboração do estado da arte, organizado por meio de pesquisas realizadas no Banco de Teses e Dissertações - Ibict e no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por meio dos descritores “inclusão” *and* “biblioteca” *and* “acessibilidade”, não identificamos produções que abordem especificamente as condições de acessibilidade e de inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas do IFC. No entanto, há várias produções que discutem a temática em bibliotecas de outras instituições.

Com o estudo do referencial teórico, constatamos que entre as principais bibliotecas da antiguidade destacam-se a de Nínive, formada por placas de argila; a Biblioteca de Pérgamo, que reuniu grande número de eruditos e literatos e a Biblioteca de Alexandria, provavelmente, a mais famosa e “grandiosa” à época. Alexandria foi espaço em que trabalhavam gramáticos, filósofos, cientistas e muitos outros intelectuais, contribuindo para o

desenvolvimento do conhecimento e da ciência. Assim como tantas outras bibliotecas, Alexandria teve sua destruição causada por incêndios oriundos das disputas de poder e das batalhas ideológicas (MAROTO, 2012).

É importante destacar que com o advento da escrita, ocorrida ao longo da história da humanidade, foram desenvolvidas técnicas de registro em sistema simbólico, por meio do uso de materiais como pedra, argila, tábuas de cera de ardósia, papiro, pergaminho, papel e muitos outros materiais utilizados para registrar pensamentos, linguagens, ações por meio de códigos. As bibliotecas surgidas da necessidade ou da vontade de organizar a guarda dos escritos produzidos, historicamente, estão ligadas à educação, pois é por meio dela, em suas diversas variantes – formal, empírica entre outras – as pessoas contribuem para o reconhecimento e valorização de tais espaços, como fontes de acesso à informação (BARBIER, 2018).

Na antiguidade, idade média e, ainda, na modernidade, as bibliotecas eram lugares pouco acessíveis, que previam apenas o acesso das elites intelectuais, sociais ou econômicas. Em consonância, foi nos escritos de Barbier (2018) que identificamos, inúmeras vezes, a menção às correntes que impediam que os livros fossem retirados de áreas delimitadas. Logo, mesmo havendo a seleção do público que poderia ou não adentrar a estes espaços, os livros eram acorrentados.

Na Idade Média, ganharam destaque as bibliotecas monacais, particulares e universitárias. Durante muito tempo, bibliotecas particulares pertenceram a reis ou pessoas com grande influência social e financeira, conferindo-lhes poder e prestígio. Já as universitárias surgiram no século XIII, proporcionando, a um número ainda muito restrito de indivíduos, a expansão e a difusão do conhecimento (MARTINS, 2002).

No Brasil, nos primeiros três séculos de colonização, a educação foi organizada e realizada pelos jesuítas, com insignificante ou nenhuma participação do Estado. A censura aos livros e materiais impressos, iniciada com as imposições da Corte Portuguesa, proibia a impressão de materiais no território brasileiro, assim como as aquisições de impressos que não fossem oriundos de Portugal, vigorou durante o período de 1536 a 1768. Contudo, “[...] até 1822, todos os livros editados no Brasil eram submetidos à apreciação do corpo censório ainda mantido pela legislação portuguesa” (MAROTO, 2012, p. 51).

Os processos de censura influenciaram diretamente a construção das bibliotecas que, em sua maioria, estavam ligadas ao processo de educação formal realizado pelos jesuítas. Nesta acepção, foram estruturadas especialmente em seminários e conventos. Posteriormente, com a Reforma Pombalina e a expulsão dos jesuítas, muitas bibliotecas ficaram abandonadas e tiveram seus acervos e espaços danificados pela natureza e pela ação humana. No ano de 1808, com a chegada da Corte Portuguesa, parte do acervo da Biblioteca Real foi transferida de Portugal para o Brasil e constituiu, no Rio de Janeiro, a Real Biblioteca, posteriormente denominada Biblioteca Nacional (BN) (MARTINS, 2002).

Embora não haja aqui espaço para ampliar esta discussão e abordar outros aspectos históricos referentes à estruturação das bibliotecas no Brasil, continuamos desenvolvendo os estudos teóricos para compreender os desafios e as perspectivas das bibliotecas, direcionando nosso enfoque para a rede de bibliotecas do IFC. Até o momento, constatamos que há ampla discussão que contempla a acessibilidade da pessoa com deficiência, assim como legislações que asseguram tais direitos.

A investigação histórica a respeito da constituição das bibliotecas, nos proporciona subsídios para compreender que há significativa evolução da acessibilidade e inclusão não apenas no que se refere à pessoa com deficiência, mas de todas as pessoas. Contudo,

pretendemos, a partir das próximas etapas desta pesquisa, verificar se estas constatações estão alinhadas à realidade das bibliotecas do IFC.

Provisoriamente, concluímos que verificar as condições e acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas do IFC constituem-se não apenas em desafio acadêmico e institucional, mas em compromisso social. O direito à acessibilidade e à inclusão, além de descrito nas legislações, teorizado e elencado em planejamentos institucionais, necessita estar presente nas ações práticas, contemplando a efetivação da garantia do direito ao alcance de todos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Acessibilidade. Bibliotecas do IFC.

REFERÊNCIAS

BARBIER, Frédéric. **História das bibliotecas:** de Alexandria às bibliotecas virtuais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 70. ed. São Paulo: 2011.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 02 out. 2019.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo.** 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Relatório de Gestão 2018 Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense.** Blumenau: IFC, 2018. Disponível em: <<http://biblioteca.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/relatorio-gestao-2018-versao-sem-fotos.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2019.

_____. (IFC). **Relatório 2017.** Blumenau: IFC, 2017. Disponível em: <<http://estudante.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/31/2018/01/Relatório-NAPNE-2017-versão-final.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

_____. **Sobre o IFC.** Blumenau: IFC, 2019 Disponível em: <<http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca.. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão!:** do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Cursos, Matrículas, Ingressantes, Concluintes, Vagas e Inscritos por Instituição e Unidade de Ensino.** Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>>. Acesso em: 18 set. 2019.